



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

SEDUH
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO

MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

Contratação de empresa para a execução de obra de engenharia comum, para a construção do Mirante do Morro da Cruz, localizado na Rua Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumont, SN, Bairro Fazenda, Itajaí-SC.

SETEMBRO DE 2025



1. OBJETO

Contratação de empresa para a execução de obra de engenharia comum, para a construção do Mirante do Morro da Cruz, localizado na Rua Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumont, SN, Bairro Fazenda, Itajaí-SC.

1.1 ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

A quantidade estabelecida para a contratação decorre do projeto executivo de engenharia elaborado para o Mirante do Morro da Cruz, o qual definiu de forma técnica e precisa as áreas de intervenção necessárias à adequação e modernização do espaço:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Total
1	Execução de obra de engenharia comum, para a construção do Mirante do Morro da Cruz, localizado na Rua Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumont, SN, Bairro Fazenda, Itajaí-SC.	Serv.	1	R\$ 6.878.930,70
Valor Global				R\$ 6.878.930,70

Em anexo encontra-se a planilha orçamentária contendo a especificação e discriminação dos serviços que serão executados.

Característica da continuidade da obra: execução de obra não-contínuo, pois se trata da execução de obra específica em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas na Lei 14.133/2021.

A conclusão da obra é por escopo predefinido no cronograma físico-financeiro, no qual o prazo de vigência se encerra somente com a conclusão da obra, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2 DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal nº 12.840/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como obra de engenharia comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Para atender à demanda do projeto de construção do Mirante do Morro da Cruz, é indispensável a contratação, por meio de licitação, de empresa para a execução de obra de engenharia comum com comprovada experiência em obras similares.



A empresa contratada será responsável pelo fornecimento integral de materiais e mão de obra, garantindo que todos os insumos atendam às especificações técnicas do projeto e às normas da ABNT, assegurando qualidade, durabilidade e segurança.

A execução deverá observar critérios de sustentabilidade, priorizando soluções que minimizem impactos ambientais, como manejo adequado de resíduos, uso de materiais recicláveis e sistemas de drenagem sustentável.

Além disso, o projeto contemplará acessibilidade universal, iluminação, paisagismo e integração urbana, assegurando que o novo mirante seja moderno, seguro, inclusivo e compatível com o valor paisagístico e turístico da área.

3. DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS ME/EPP

Esta licitação observará o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Federal nº 8.538/2015 e da Lei Municipal nº 7.785/2025.

Por se tratar de obra de engenharia comum, não haverá exclusividade de participação nem cotas reservadas para ME/EPP.

Aplicam-se, contudo, os seguintes benefícios legais:

- a) Empate ficto: assegura-se à ME/EPP classificada até 10% acima da melhor proposta o direito de apresentar lance de cobertura, conforme art. 44, §2º, da LC nº 123/2006;
- b) Regularização fiscal tardia: a ME/EPP poderá apresentar documentação fiscal com restrições, devendo saná-las em 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123/2006;
- c) Subcontratação facultativa de ME/EPP: admitida conforme a seção 3.1 deste Termo de Referência.

3.1 DA SUBCONTRATAÇÃO EM FAVOR DE ME/EPP

Admitir-se-á a subcontratação de até 20% do valor contratual, restrita a parcelas acessórias e não essenciais à unidade técnica da obra.

São elegíveis, a critério da Fiscalização:

- Serviços de paisagismo e urbanização complementar,
- Sinalização turística e interpretativa,
- Instalações elétricas de baixa complexidade,
- Acessibilidade não estrutural, e
- Limpeza final e cercamento provisório.

A subcontratada deverá comprovar enquadramento como ME ou EPP e capacidade técnica compatível com a parcela assumida.



A proposta da licitante deverá indicar previamente as parcelas passíveis de subcontratação e seus respectivos percentuais.

A contratada permanece integralmente responsável pela execução e pelos resultados, inclusive quanto à segurança, prazos, qualidade, meio ambiente e obrigações trabalhistas e tributárias.

3.2 DAS VEDAÇÕES

Ainda que admitida a subcontratação nos termos do item anterior, ficam expressamente vedadas as hipóteses a seguir, de modo a preservar a unidade técnica do objeto e a legalidade do processo.

- a) É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, definidas no edital, tais como:
- Fundações e estrutura metálica principal,
 - Elementos de contenção e tirantes,
 - Proteções anticorrosivas estruturais, e
 - Ensaio e comissionamento estrutural.
- b) É igualmente vedada a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte:
- I. Que estejam participando desta mesma licitação;
 - II. Que possuam sócios em comum com a contratada; ou
 - III. Que não comprovem, durante toda a execução contratual, regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, sob pena de rescisão contratual.

4. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A contratação será realizada por Concorrência Pública, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O fornecedor será selecionado com base no critério de julgamento pelo menor preço global, conforme especificações do objeto descrito neste Termo de Referência.

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 SERÃO EXIGIDOS DOCUMENTOS ADICIONAIS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS (PARA ANÁLISE DA EQUIPE TÉCNICA NA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA FINAL DE PREÇOS):

- () Não
(x) Sim

É OBRIGATÓRIA a apresentação da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA proposta por parte do licitante contendo a indicação do BDI, informando o percentual utilizado na composição do preço (em



respeito ao Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União). O modelo de PLANILHA ORÇAMENTÁRIA que deverá ser utilizada será disponibilizado pela Contratante.

Além da obrigatoriedade da apresentação da Composição do BDI, será exigida a apresentação das Composições de Preços Unitários (CPUs) e Tabela de Cotações de Mercado.

As planilhas deverão ser preenchidas por profissional legalmente habilitado, devendo constar o seu nome, assinatura e o número do registro do profissional (CREA/CAU/CFT ou outro competente).

5.2 SERÁ EXIGIDO AMOSTRA DO(S) PRODUTO(S)/DEMONSTRAÇÃO DO(S) SERVIÇO(S):

- ☒ Não
☐ Sim

5.3 SERÁ EXIGIDA PROVA DE CONCEITO?

- ☒ Não
☐ Sim

5.4 SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE?

- ☒ Não
☐ Sim

5.5 SERÁ EXIGIDA GARANTIA DE PROPOSTA?

- ☐ Não
☒ Sim

A exigência da garantia da proposta tem por objetivo assegurar a seriedade das propostas apresentadas pelos licitantes e proteger a Administração Pública contra desistências infundadas, que possam comprometer o andamento do processo licitatório e causar prejuízos ao interesse público. Ao exigir a garantia da proposta, a Administração seleciona empresas que realmente têm intenção e capacidade de executar a obra, evitando propostas temerárias ou meramente especulativas. Serve como um comprometimento prévio da empresa com as condições do edital, estimulando o cumprimento das etapas posteriores, como a assinatura do contrato e a apresentação da garantia de execução.

Conforme art. 58 da Lei nº 14.133, a garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação e será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

A garantia de proposta deverá ser apresentada por todos os licitantes e poderá ser prestada nas modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021, à escolha do licitante, quais sejam: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia; e fiança bancária



6. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante apresentar documentação que demonstre sua qualificação técnica e econômico-financeira necessárias para a execução dos serviços deste presente Termo de Referência. Serão exigidos documentos específicos, que incluem:

6.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certificado de Registro da empresa (pessoa jurídica): a empresa proponente deverá comprovar registro no Conselho Competente (CREA/CAU/CFT ou outro competente) da região da sede da empresa;
- b) Capacidade Técnica Operacional (pessoa jurídica): a empresa proponente deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico emitida pelo conselho do profissional (CREA/CAU/CFT ou outro competente) ter executado serviços compatíveis com o objeto do presente edital e ter executado os itens do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA TÉCNICA	COMPROVAÇÃO QUANTITATIVA MÍNIMA
Execução de estrutura metálica	32.383,50kg*
Execução de estaca raiz perfurada na rocha	328,00m*
Execução de piso de concreto moldado in loco usinado	182,50m ² *

Obs.:* Quantidades das obras/serviços de relevância técnica presentes na planilha orçamentária, equivalentes a 50% das quantidades previstas na presente contratação.

→ Deverão ser observadas as seguintes informações básicas na apresentação dos certidão(ões) e/ou atestado(s): 1) Nome do contratado e do contratante; 2) Identificação do objeto do contrato; 3) Localização e data da realização dos serviços; 4) Serviços executados.

- c) Certificado de Registro do Profissional Responsável Técnico (pessoa física): apresentar registro e/ou certidão de inscrição junto ao Conselho competente (CREA/CAU/CFT ou outro competente) do profissional que será o responsável técnico pelos serviços.
- d) Capacidade Técnica Profissional (pessoa física): o responsável técnico (pessoa física) deverá comprovar, por intermédio de documento (certidão, declaração ou atestado) fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pelas respectivas CAT – Certidão de Acervo Técnico do conselho profissional (CREA/CAU/CFT ou outro competente), experiência na execução de objeto compatível em características com os serviços do presente edital.

6.2 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, compreendendo os respectivos termos de abertura e encerramento do livro diário, registrado na junta comercial; que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios; podendo ser atualizado, por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.



b) A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

I. Índice de Liquidez Geral (LG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,0$$

II. Índice de Liquidez Corrente (LC) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0$$

III. Índice de Solvência Geral (SG) acima de 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP} \geq 1,0$$

IV. Índice de Endividamento Geral (EG) menor ou igual a 1,0 (um inteiro), obtido pela fórmula:

$$EG = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 1,0$$

Notas:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

- c)** No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício. As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de encerramento do exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis, consolidando seus direitos, obrigações e patrimônio líquido, relativos ao período de sua existência, e o balanço de abertura registrado na Junta Comercial;
- d)** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme inciso II, do artigo 69, da Lei 14.133/2021.
- e)** Comprovação de que a empresa possui capital mínimo ou valor do patrimônio líquido no valor de 10% do valor do orçamento estimado do edital, através de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

O prazo máximo para execução do objeto será de 240 (duzentos e quarenta) dias a contar da assinatura da Ordem de Serviço, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido e o prazo contratual será de 330 (trezentos e trinta) dias.



7.2 LOCAL, HORÁRIO E ENDEREÇO DE ENTREGA

A obra de construção do Mirante do Morro da Cruz será executada na Rua Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumont, Bairro Fazenda, Itajaí-SC. O horário de execução dos serviços será das 08h às 18h, em dias úteis, conforme cronograma previamente estabelecido.

Os licitantes deverão garantir que todas as entregas de materiais e a execução das atividades ocorram dentro do horário estipulado, evitando interrupções que possam comprometer o andamento da obra. Todos os materiais deverão ser entregues diretamente nos locais especificados, de acordo com as necessidades do projeto.

7.3 BENS PERECÍVEIS

- (☒) Não
(☐) Sim

7.4 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- (☐) Não
(☒) Sim

Será exigida garantia de execução do contrato, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratual.

A exigência da garantia tem por finalidade assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado, proporcionando segurança jurídica à Administração, mitigando riscos de inadimplência e inexecução do contrato.

O percentual de 5% foi definido de forma proporcional ao valor e à complexidade da obra, garantindo a proteção dos interesses públicos e a correta aplicação dos recursos do Município.

A garantia poderá ser prestada nas modalidades previstas em lei, tais como depósito em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.5 GARANTIA DO PRODUTO/SERVIÇO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A empresa contratada deverá fornecer garantia mínima de 5 (cinco) anos para todos os produtos e serviços executados, conforme previsto no art. 618 do Código Civil. A garantia cobrirá eventuais defeitos de fabricação, instalação ou materiais utilizados durante a execução da obra, bem como a correção de falhas detectadas durante o uso.

A empresa também deverá disponibilizar assistência técnica para o atendimento de solicitações de reparo ou substituição, que deverão ser executadas em até 15 dias úteis após o recebimento da notificação pela Administração. O não atendimento adequado poderá acarretar a aplicação de penalidades contratuais.

8. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

8.1 DA CONTRATADA

Obriga-se a empresa vencedora a:



- a) Abertura (obrigatória) do “Diário de Obra” ou “Registro de Ocorrências” nos Termos da Instrução Normativa 005 – CMA/2006 - Coordenadoria da Moralidade Administrativa da Prefeitura de Itajaí, tão logo seja assinada a Ordem de Serviço pela Contratante, mantendo-o devidamente atualizado durante a execução da obra e presente no canteiro de obras, de forma que seja de fácil acesso para fiscalização.
- b) Realizar eventuais ajustes e complementações nos projetos executivos existentes, caso se mostre necessário durante a execução da obra, garantindo que todas as alterações sejam compatíveis com o projeto aprovado, o memorial descritivo e o orçamento estimativo, mantendo o fiscal do contrato devidamente informado sobre quaisquer modificações ou adequações realizadas.
- c) Manutenção de todos os projetos, cadernos de encargos, memoriais descritivos, ARTs/RRTs/TRTs, alvarás e qualquer licença e/ou autorização, presente no canteiro e que seja de fácil acesso para fiscalização de obras e contratos.
- d) Todo o fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, transporte de pessoal, alimentação, hospedagem, obrigações fiscais e sociais, seguros por danos pessoais, materiais, responsabilidades técnica e civil, correrão à custa exclusiva da empresa vencedora.
- e) O pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.
- f) Toda e qualquer responsabilidade civil, trabalhista previdenciária, de acidente de trabalho gerada por força de vínculo contratual de pessoal e acidentes, é de responsabilidade única e exclusiva da empresa vencedora, eximindo a contratante de qualquer ônus.
- g) A responsabilidade técnica engloba todas as normas estipuladas pelo órgão controlador da atividade profissional e demais legislações vigentes, portanto a empresa vencedora deverá providenciar junto ao CAU, CREA ou CFT as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica - ART's, RRT's ou CRTs, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, sob pena de retenção da medição.
- h) Cumprir o previsto nos Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos.
- i) É de inteira responsabilidade da empresa vencedora a fiel e completa execução dos serviços, em conformidade com o projeto e Memorial Descritivo do objeto, de forma que a obra seja concluída de acordo com a boa técnica e as normas específicas vigentes.
- j) A empresa vencedora deverá contar com equipe tecnicamente qualificada e especializada, maquinário e equipamentos considerados essenciais para a boa execução dos serviços previstos na obra objeto deste TR, não sendo admitido alegar a impossibilidade de execução ou atraso pela falta ou indisponibilidade deste(s).
- k) Manter sempre em serviço um supervisor preparado para responder prontamente pela empresa junto à fiscalização.
- l) Manter a área de obra e seu entorno totalmente limpas e seguras, com a completa sinalização de obra necessária.



- m) Deverão ser observadas pela empresa vencedora todas as condições de segurança e higiene, medicina e meio ambiente do trabalho, normas regulamentadas pelo Ministério do Trabalho, bem como outros dispositivos legais e normas específicas, necessárias à preservação da integridade de seus colaboradores, do patrimônio público e dos usuários.
- n) Refazer qualquer trabalho que não obedeça aos elementos do projeto e demais disposições contratuais, correndo por conta da contratada as despesas decorrentes desta correção/reparo.
- o) A empresa vencedora deverá manter um técnico devidamente habilitado e capacitado – PREPOSTO em tempo compatível com a carga horária mínima prevista em planilha orçamentária, exclusivo nas dependências do local, no horário e nos dias da prestação dos serviços prestados, o qual será responsável pela supervisão e acompanhamento destes, dotado de poderes para controlar a frequência, pontualidade, dirimir dúvidas e tratar de quaisquer assuntos relacionados com a execução do objeto.
- p) O(s) responsável(is) técnico(s) e demais profissionais técnicos, deverão participar com assiduidade na condução dos serviços realizados pela empresa vencedora, perfazendo a carga horária mínima diária conforme previsto na planilha orçamentária.
- q) Por ocasião do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, deverá ser fornecido um “as built” do Projeto Executado.
- r) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para comunicação com a contratante durante todo o período de contratação, informando imediatamente qualquer alteração.

8.2 DA CONTRATANTE

Obriga-se a Contratante a:

- a) Disponibilizar todos os dados, projetos, detalhes técnicos, para a boa execução do objeto.
- b) Fazer a gestão e fiscalização do contrato e do objeto.
- c) Emitir a Ordem de Serviço, para início do prazo de execução, sendo a execução acompanhada e fiscalizada por técnicos designados pelo Município.
- d) Realizar os Boletins de Medição mensais, baseados nas avaliações dos serviços realizados, os quais serão feitos pela Equipe de Fiscalização designada.
- e) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela empresa vencedora serão medidos mensalmente pela Fiscalização do Município de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que depois de conferidos, serão assinados pelos: Responsável Técnico da empresa vencedora e pelo(s) Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante.
- f) Fiscalizar o andamento da obra, que será efetuado de acordo com os prazos de execução e marcos contratuais definidos no Cronograma Físico-Financeiro, podendo ser adequado conforme a necessidade do Município, verificada no decorrer do contrato.
- g) Comunicar à contratada todas as ocorrências relacionadas aos objetos entregues.
- h) Efetuar o pagamento à contratada conforme estipulado na licitação e no contrato.



- i) Rejeitar, total ou parcialmente, o objeto entregue pela contratada fora das especificações do contrato.
- j) Observar que, durante a vigência da contratação, sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada e mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- k) Aplicar sanções administrativas quando necessário.
- l) Prestar à contratada informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados, facilitando a execução do contrato.
- m) Fornecer condições de acesso ao local de execução do objeto garantir a segurança do local durante a execução dos serviços.

9. DO CONTRATO

9.1 INSTRUMENTO CONTRATUAL

A formalização do instrumento contratual será realizada por meio da assinatura do contrato entre as partes, denominadas Contratante e Contratada, observando-se todas as condições e cláusulas estabelecidas no referido documento.

9.2 VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 330 (trezentos e trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei.

9.3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

GESTOR DO CONTRATO	
Nome:	Luis Fernando Pacheco Gomes
Cargo:	Engenheiro
Matrícula:	1211402
E-mail:	luis.gomes@itajai.sc.gov.br

FISCAL DO CONTRATO	
Nome:	Alexandre Prazeres
Cargo:	Engenheiro
Matrícula:	1187701
E-mail:	alexandre.p@itajai.sc.gov.br



10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

- a) Os bens e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- b) Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- c) Os quantitativos de serviços efetivamente executados pela licitante vencedora serão medidos parcial e mensalmente pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação / Prefeitura Municipal de Itajaí, lançados no Boletim de Medição, que, depois de conferidos, serão assinados pelo Responsável Técnico da licitante vencedora, pelo(s) Fiscal(is) devidamente designado(s) pela Contratante e pela Coordenação Técnica de Engenharia da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.
- d) O recebimento provisório da obra ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da comunicação formal da contratada, informando a conclusão e entrega do objeto.
- e) O termo de recebimento definitivo da obra será emitido em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório.

10.2 DA FORMA DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

11. DA CONTRATAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão a conta da dotação:

Ação: 2.223 - Despesa: 77 - 4.4.90.00.00

12. DO VALOR ESTIMADO

O valor total estimado é de R\$ 6.878.930,70 (Seis milhões, oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e trinta reais e setenta centavos).



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

SEDUH
SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
E HABITAÇÃO

Datado e assinado digitalmente (via SIPE).

Itajaí/SC, 29 de setembro de 2025.

João Paulo Kowalsky

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Keise de Oliveira Ribeiro
Assessor I
Matrícula 2716201

Alexandre Prazeres
Engenheiro
Matrícula 1187701

Luis Fernando Pacheco Gomes
Engenheiro
Matrícula 1211402